

MANIFESTOS DO MOVIMENTO DE ACESSO ABERTO: Análise de Domínio a partir de periódicos brasileiros

Fahima Pinto Rios

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

E-mail: fahima.rios@gmail.com

Elaine Rosângela de Oliveira Lucas

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo. Professora Associada do Departamento de Biblioteconomia e dos Programas de Pós-Graduação em Gestão da Informação e em Educação da UDESC.

E-mail: lanilucas@gmail.com

Igor Soares Amorim

Doutorando em Ciência da Informação na Universidade Federal de Santa Catarina. Professor vinculado ao Departamento de Biblioteconomia da UDESC.

E-mail: amorim.igors@gmail.com

RESUMO

O volume informacional em formato digital tem aumentado expressivamente nas últimas décadas, levando os pesquisadores a se preocuparem com o acesso e a disponibilização destes documentos. O presente artigo analisa o Movimento do Acesso Aberto, como domínio científico, por meio dos seus manifestos. Discorre sobre as definições sobre periódico científico, Acesso Aberto, as principais declarações que nortearam as políticas do movimento e o que elas representam. Duas abordagens da Análise de Domínio foram utilizadas como ferramentas metodológicas para obter os resultados da pesquisa, em conjunto com as informações, sobre os manifestos, recuperadas em artigos na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). O estudo identificou a escassez da produção de artigos científicos sobre o domínio analisado. Apresenta como reflexão, a importância do Movimento em criar documentos norteadores que sirvam como base para o estabelecimento de políticas que direcionem as instituições a disponibilizar acesso aberto a informação de toda produção científica.

Palavras-chave: Acesso Aberto. Comunicação Científica. Análise de Domínio. Declarações de Acesso Aberto.

MANIFESTS OF THE OPEN ACCESS MOVEMENT: A DOMAIN ANALYSIS

ABSTRACT

The informational volume in digital format has increased during the last decades causing the researchers to worry about the access to these documents. This study analyses the Open Access Movement domain through the manifests produced by this movement. It discusses about the definitions related to scientific journalism, open access, the main statements that guided the policies of the movement as well as what they represent. We used two approaches of Domain Analysis with methodological tools to obtain the research results together with information on recovered manifests in the Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). The study identifies the lack of production of scientific articles on the subject and

identifies the need of more productions on the subject. It presents – as a reflection – the significance of the Initiative in relation to the elaboration of guiding documents which serve as the basis for the establishment of policies that direct institutions to provide free access to information of all scientific productions.

Keywords: Open Access. Scientific Communication. Domain Analysis. Statements of Open Access.

1 INTRODUÇÃO

O movimento do Acesso Aberto (*Open Access*) surge com a iniciativa da comunidade científica para defender o livre acesso às informações científicas por meio da produção, publicação, divulgação e preservação através dos meios eletrônicos. Tem como principal objetivo oferecer ao leitor o acesso ao conteúdo científico sem custo e sem restrições de uso e proporcionar maior visibilidade à pesquisa científica. Dentro desta perspectiva, foram os periódicos científicos os principais motivadores para a reação da comunidade acadêmica, uma vez que seu acesso estava restrito a um número muito pequeno e exclusivo de pesquisadores.

Compreender as principais iniciativas para promoção do Acesso Aberto dos periódicos é importante para democratização do conhecimento e do acesso à informação científica. Assim questiona-se: quais são as principais contribuições que apoiam e orientam o movimento de Acesso Aberto mundialmente? Como objetivo, esta pesquisa busca identificar os documentos que representam marcos para o desenvolvimento do Movimento de Acesso Aberto, utilizando para tanto a Análise de Domínio a partir da produção científica brasileira da Ciência da Informação por meio de periódicos do Campo. Para cumprir este objetivo, será importante: a) estabelecer uma cronologia dos principais acontecimentos relacionados ao Acesso Aberto; b) identificar os documentos que fortalecem o Acesso Aberto; c) analisar as principais mudanças de cada documento no decorrer do tempo, e d) criar um comparativo sobre evolução dos documentos.

Não foram encontradas na literatura artigos nacionais (brasileiros) que relacionam todos os manifestos, declarações ou documentos sobre o Acesso Aberto. Assim, o que esta pesquisa busca, além de ressaltar a importância de cada documento para o processo de

transformação da nova cultura do Acesso Aberto na comunicação científica, é contribuir para diminuir esta lacuna.

A comunicação científica para Meadows (1999) faz parte do coração da ciência, sendo tão vital quanto à própria investigação científica. Para Caribé (2015, p. 90), a comunicação científica está “relacionado às atividades desenvolvidas por diferentes pessoas e instituições, com o objetivo de levar a informação científica a determinado grupo social”, O que resulta na geração de duas formas de geração e transferência de informação científica: aquela baseada em canais informais (por meio de conversas entre pares, comunicações, conferências e debates) e aquela em canais formais (por intermédio de artigos científicos, veículos de divulgação especializados, monografias, relatórios, periódicos, livros) (CARIBÉ, 2011).

A comunicação científica surge no início da pesquisa e o seu conteúdo frequentemente é classificado em informação científica ou acadêmica, isto é, são documentos com resultados de pesquisa ou relato de atividade acadêmica. Estes conteúdos são divulgados por meio dos artigos de revistas (periódicos), relatórios de pesquisa, anais de congressos, teses, dissertações, entre outros. No entanto, as revistas, ou periódicos científicos, estão entre os que possuem maior visibilidade e são os maiores disseminadores dos avanços científicos. As revistas científicas surgem com a finalidade de fazer intercâmbio de informações, relato de experiências, e se tornam o principal canal de comunicação de informação entre os cientistas. São ferramentas importantes para divulgação dos resultados da ciência na sociedade.

Um novo contexto surge com os periódicos científicos eletrônicos, o Acesso Aberto à informação, que vem apresentando um crescimento significativo ao longo dos últimos anos. Enquanto na América do Norte e Europa, a necessidade de Acesso Aberto surge por causa dos valores exorbitantes cobrados no acesso aos artigos, na América Latina a questão é motivada pela falta de publicação científica no idioma local, além da cobrança que inviabilizava o acesso de países pobres e emergentes aos conteúdos essenciais à produção científica. Conforme Rodrigues e Oliveira (2012, p. 81), “Os periódicos científicos de Acesso Aberto beneficiam a sociedade como um todo, eliminando as barreiras de preço dos periódicos aos leitores e tornando a comunicação entre os pesquisadores mais rápida.”.

No fim do século XX, o aumento abusivo dos preços de assinaturas de periódicos científicos originou a chamada “Crise dos Periódicos”. Finalmente em dezembro de 2001, em

um encontro organizado por George Soros - cujo objetivo era melhorar a disponibilidade de informação científica de forma livre na internet – com participantes de diferentes países e áreas do conhecimento e que possuíam experiência em projetos relativa ao acesso aberto da informação científica, surgiu a Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste (BOAI - *Budapest Open Access Initiative*) que desencadeou uma campanha mundial em prol do Acesso Aberto (*Open Access*) a todas as novas publicações científicas revisadas por pares.

Entre os principais teóricos dos estudos de Acesso Aberto na ciência, estão os pioneiros: Peter Suber, professor na Universidade de Stanford e autor dos textos mais citados no tema; Jean-Claude Guédon, professor da Universidade de Montreal, que analisa os aspectos sociológicos da iniciativa; Stevan Harnad, da Universidade de Southampton; e John Willinsky, autor do *Public Knowledge Project*, que originou o *Open Journal Systems* (OJS) - traduzido como Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER). O OJS é uma plataforma de Acesso Aberto para periódicos científicos, amplamente utilizada no Brasil.

Em nível nacional, podemos destacar nos estudos de Acesso Aberto, o professor Hélio Kuramoto, da Universidade Federal de Minas Gerais; Luis Fernando Sayão pesquisador da Comissão Nacional de Energia Nuclear; e Fernando César Lima Leite professor da Universidade de Brasília.

Hoje o Acesso Aberto apresenta, sobretudo, duas vertentes idealizadas por Stevan Harnad: a via verde, quando os documentos são arquivados em repositórios institucionais de livre acesso; e a via dourada, que se refere à produção e ampla disseminação de periódicos eletrônicos de Acesso Aberto na internet.

Ao publicar em periódicos de Acesso Aberto, os pesquisadores potencializam a comunicação científica, possibilitando a ampliação do diálogo e o compartilhamento com seus pares.

Na década de 90 ocorreram algumas conferências com o intuito de reunir especialistas de diversas áreas para apresentar soluções para a temática. Surgem assim, os manifestos e as declarações que são documentos que orientam as instituições e demais interessados a desenvolver projetos de Acesso Aberto.

A partir deste reconhecimento, atentaremos para os manifestos (uma Convenção e quadro Declarações), na intenção de promover uma compreensão da sua importância para o

Movimento de Acesso Aberto por meio da abordagem da Análise de Domínio, conceito que havia surgido em 1980.

O conceito de Análise de Domínio foi utilizado primeiramente por Neighbors na área de ciência da computação (GUIMARÃES, 2014). Na Ciência da Informação, a Análise de Domínio é apresentada como uma abordagem teórico-metodológica pelos autores Hjørland e Albrechtsen (1995), que afirmam que a melhor forma de compreender a informação é estudar os domínios de conhecimento e suas comunidades discursivas e sua estruturação.

Para Tennis (2003), Análise de Domínio pode ser uma área de especialização, um corpo de literatura, ou mesmo um sistema de pessoas e práticas de trabalho com uma linguagem comum. Smiraglia (2014) acredita que um domínio é simplesmente um grupo que compartilha uma ontologia, realiza investigação comum ou trabalho, e se engaja no discurso ou comunicação, formal ou informalmente. Já Guimarães (2014, p. 16) destaca que o domínio está relacionado à categorização “na medida em que a partir da identificação de um conjunto de traços comuns [...] é possível reunir coisas semelhantes e separar coisas diferentes”.

Não há uma aplicação padrão da Análise de Domínio segundo Hjørland e Hartel (2003), pois cada domínio exige um olhar específico, porém, os autores citam alguns direcionamentos para a consolidação de uma análise.

Hjørland (2002) sugere 11 possíveis meios para analisar um domínio: 1) Produção de guias: enfatiza a sistematização de fontes de informação sobre um dado assunto; 2) Classificações especiais e tesouros: organização dos conceitos de um dado domínio segundo uma estrutura lógica; 3) Indexação e recuperação especialista: pensa a recuperação da informação a partir de contextos; 4) Estudos empíricos de usuários: busca mapear quem são os usuários e o que eles necessitam; 5) Estudos bibliométricos: mapeia padrões da produção bibliográfica e pode ser utilizada pela Análise de Domínio de diversas maneiras; 6) Estudos históricos: preza pela constituição histórica dos conhecimentos de um dado domínio; 7) Estudos de documentos e seus gêneros: busca compreender os tipos de documentos e os usos em função das comunidades discursivas; 8) Estudos epistemológicos e Críticos: este tópico é o mais elementar na Análise de Domínio, e revela os diferentes paradigmas num determinado domínio; 9) Estudos terminológicos, linguagens especialistas, estudos de discursos e semânticos: refere-se ao estabelecimento de critérios pragmáticos, semânticos ou

discursivos para reconhecer o domínio; 10) Instituições e estruturas da comunicação científica: diz respeito à identificação dos atores que participam do domínio e de seus processos comunicativos; 11) Cognição científica, especialistas do conhecimento e inteligência artificial: mais próxima das ações computacionais, preza pela identificação do domínio para o estabelecimento de sistemas especialistas e para definir padrões de extração de conhecimento.

Neste estudo, duas dessas propostas são utilizadas, os estudos bibliométricos e os históricos. Os usos das duas propostas se complementam, na medida em que os estudos métricos auxiliam no levantamento de bibliografia e no reconhecimento de padrões referentes à produção sobre Acesso Aberto, assim como permite uma compreensão e sistematização histórica desse domínio.

2 MANIFESTOS DE ACESSO ABERTO: APRESENTAÇÃO

A Convenção de Santa Fé é um dos primeiros eventos que marcam o início da discussão sobre o Acesso Aberto definindo estratégias como o auto arquivamento, repositórios digitais e bases de dados. A Declaração de Bethesda e a Declaração de Berlim apresentam em seu texto, condições para que uma obra seja considerada de acesso aberto, indo ao encontro com as propostas da Declaração de Budapeste, que ainda traz orientações sobre a necessidade de publicar material revisado pelos pares, para garantir a qualidade dos artigos.

Com o passar dos anos, estas declarações foram sofrendo atualizações para atender as necessidades dos pesquisadores e cientistas. E somente em 2014 surge a Declaração de Haia, que tem grande expressão por estabelecer as estratégias práticas para a informação alcançar características de Acesso Aberto.

A **Convenção de Santa Fé** ocorreu em 1999, impulsionada pela preocupação da comunicação de arquivos abertos, o que resultou numa proposta alternativa ao que vinha acontecendo com a comunicação científica, nascia então o movimento *Open Archives*. Nos

anos seguintes, houve um conjunto de Declarações internacionais publicadas cujo intuito foi ratificar a iniciativa dos Arquivos Abertos.

A **Declaração de Budapeste** de 2002 já traz em seu texto formas para enfrentar o monopólio das editoras sobre as publicações científicas, ratificando duas principais ações complementares, são elas: o auto arquivamento em repositórios (via verde) e a publicação em periódicos de Acesso Aberto (via dourada). É esta declaração que inaugura o Movimento do Acesso Aberto, o qual traz como desejo a superação do paradigma da comunicação científica mediada pelas grandes editoras comerciais por uma comunicação de acesso aberto via internet.

A **Declaração de Bethesda** de 2003 traz importante definição sobre a noção “publicação de Acesso Aberto”, definindo-a em função da autoria que cede o acesso gratuito de suas publicações permitindo sua ampla divulgação digital ou analógica destacando a importância do depósito de uma cópia do documento - de acordo com os padrões *Open Archives* - em repositórios online e adotados por instituições ligadas ao Movimento de Acesso Aberto. Destacando o potencial da internet para a divulgação e ampliação do conhecimento científico e ratificando o caráter público deste, o objetivo desta declaração foi acelerar os procedimentos para ampliação do Acesso Aberto sobre a literatura científica primária. Assim, a declaração é retratada como elemento de transição do modelo fechado para o aberto das publicações científicas. Dos textos analisados a Declaração foi abordada, principalmente, do ponto de vista das ciências biomédicas e construída por três grupos de discussão: um grupo relativo às agências de fomentos, outro dos bibliotecários e editores, e por fim, um por cientistas e sociedades científicas. Os grupos encaminharam recomendações de incentivo e sistematização do processo de publicação em arquivos abertos.

Também em 2003 foi constituída a **Declaração de Berlim** que traz como novidade o foco nas Humanidades como área que também necessita de direcionamento para o caminho do Movimento. O documento destaca, além de bibliotecas e arquivos, os museus como importantes produtores de conhecimento e, dessa forma, com necessidade para dispor suas produções em repositórios abertos. Destaca, ainda, que a internet deve ser sustentável, interativa e transparente e que as ferramentas de *softwares* devem ser acessíveis e compatíveis. Coloca o Acesso Aberto como fonte ao conhecimento científico e do patrimônio

cultural. Há ainda a indicação de como o movimento prosseguirá, responsabilizando-se por propor formas de manter a avaliação e a qualidade das publicações, desenvolver tecnologias que incentive a publicação em Acesso Aberto e conscientizando dos proprietários de bens culturais em divulgar seus patrimônios via internet, dentre outras fontes de divulgação.

A **Declaração de Haia** é concebida em 2014, e sua preocupação é com a questão digital, trazendo à tona o tema de dados abertos para a discussão. Cita as tecnologias de *Big Data* e mineração de conteúdo e como as diferentes jurisdições podem promover desigualdade de acesso aos dados e em suas potencialidades de uso. Assim, critica leis concebidas antes do advento da internet, como a lei de propriedade intelectual. Afirma que os pesquisadores precisam da liberdade e que coerções não podem cercear os acessos potencializados pela internet. A mineração de conteúdo pode trazer amplos benefícios políticos, sociais, econômicos, etc, e por isso precisam estar ao acesso de todos. Nesse sentido esta declaração destaca a importância de atualizar o Movimento de Acesso Aberto nesses termos e propõe cinco princípios: 1) que a propriedade intelectual deve incentivar a pesquisa e não coibir a circulação livre dos dados; 2) as pessoas devem pesquisar e analisar sem medo de represarias; 3) licenças e termos contratuais não devem restringir o uso de dados; 4) as evoluções tecnológicas requerem evolução também da ética no uso destas, como no caso da mineração de conteúdo; 5) a propriedade intelectual não deve restringir inovação e a pesquisa comercial. Ainda, a Declaração traz estratégias de ação. Essa declaração apresenta novas preocupações no âmbito do Acesso Aberto, que transpassa as fontes primárias de informação, chegando aos dados abertos.

Os cinco manifestos enfatizam em seus textos a importância do acesso aberto a informação científica, por meio das tecnologias, em especial a internet, por possibilitar uma infinidade de recursos aos seus usuários. Outro propósito é a definição de estratégias para diminuir as barreiras entre a informação e os pesquisadores, e assim, fortalecer as pesquisas científicas e beneficiar a sociedade a partir do progresso científico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para esta pesquisa foi adotada como ferramenta metodológica a Análise de Domínio, por ser uma abordagem preocupada com o contexto social da investigação.

Considera-se, sob a perspectiva de Tennis (2003), a comunicação científica como área de modulação e o Movimento de Acesso Aberto o grau de especialização. Dessa forma, o domínio a ser mapeado é o Movimento de Acesso Aberto.

Foi utilizada a abordagem de estudos bibliométricos que serviu para identificar na publicação científica o que está sendo apresentado sobre o domínio mapeado. E a segunda abordagem, relativa ao estudo histórico, foi utilizada para verificar a trajetória acerca do tema. Entendemos que as abordagens podem ser complementares, na medida em que os estudos bibliométricos subsidiam o levantamento das publicações periódicas sobre o tema e a identificação de padrões, e a perspectiva histórica corrobora uma sistematização e a construção de um entendimento mais profundo.

Deste modo, esta pesquisa se estrutura sob as seguintes etapas: a) estudo bibliométrico: levantamento dos artigos e identificação dos padrões da produção; b) sistematização temporal dos dados e interpretação sobre as alterações de um manifesto a outro expresso na literatura levantada.

Foi realizado inicialmente o levantamento bibliográfico na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). Para a pesquisa, foram utilizadas palavras-chave relacionadas aos diferentes manifestos sobre Acesso Aberto. O período de pesquisa compreendeu os anos entre 1972 e 2016. Como o estudo aborda a historicidade do tema, as datas são relativas a todo o período que a base disponibiliza as publicações a época do levantamento, ocorrido em março de 2017.

As palavras-chave utilizadas para a pesquisa de cada um dos manifestos na base de dados foram as seguintes: para o manifesto da Convenção de Santa Fé (Convenção de Santa Fé, Santa Fé, Santa Fé Convention); para a Declaração de Budapeste (Declaração de Budapeste, Budapeste, Budapest); para a Declaração de Bethesda (Declaração de Bethesda, Bethesda, Bethesda Statement); para a Declaração de Berlim (Declaração de Berlim, Berlin, Berlin Statement); e, por fim, para a Declaração de Haia (Declaração de Haia, Haia, Hague).

A análise foi pautada em duas etapas de observação e interpretação. Na primeira etapa foi feita uma comparação entre os cinco manifestos, observando a evolução, as inovações, os pontos de concordância e de discordância entre eles. O objetivo era perceber a existência de inovações (ou propostas de ação) a cada novo manifesto, que encorpasse a OAI; a segunda etapa está relacionada à análise dos artigos recuperados no levantamento na BRAPCI, apresentando os pontos e em que medida cada obra trata dos manifestos estudados. Assim, foi possível destacar como a literatura indexada na BRAPCI tem tratado a temática de OAI.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Com o levantamento bibliográfico dos manifestos sobre o Acesso Aberto, percebe-se a necessidade de se discutir sobre o compartilhamento de informações e estabelecer diretrizes para a divulgação das pesquisas científicas.

Constatou-se que há poucas publicações, nos periódicos brasileiros, que tratam dos manifestos referentes ao Movimento de Acesso Aberto, o que revela um enfoque de estudo em potencial.

A partir do levantamento com o uso das palavras-chave, se alcançou o número de dez documentos recuperados, destes foram desconsiderados dois, um por ser uma entrevista e o outro por estar indexado de forma equivocada ao tema, totalizando assim, oito artigos que mencionam os manifestos estudados nesta pesquisa.

Dentre os resultados obtidos, destaca-se a Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação (RECIIS) com quatro artigos que tratam sobre os Manifestos de Acesso Aberto. Outras quatro revistas retornaram um artigo: DataGramZero; Informação & Sociedade; Liinc em Revista; e Transinformação. Essa distribuição, embora destaque a RECIIS no cenário, revela ainda uma baixa produção relativa ao tema em artigos nacionais.

Com base nos dados da produção anual de artigos que tratam sobre os manifestos, verifica-se que ocorre uma lacuna no ano de 2002 a 2007 e de 2007 a 2012, o que demonstra um interesse recente pelo tema. O ano de 2012 teve maior expressão, quando aconteceram quatro publicações. A partir de 2012 a incidência de publicações ocorre a cada dois anos.

4.1 MANIFESTOS E SUAS DISTINTAS INOVAÇÕES

Em um primeiro momento de análise se percebeu que há inovações (ou propostas de ação) a cada novo manifesto, que encorpa o Movimento de Acesso Aberto. A análise dos manifestos possibilita a apresentação dessas inovações na tentativa de apontar a relevância de cada um dos manifestos para o movimento de Acesso Aberto. Essa relevância se dá em função de novas pautas e estratégias firmadas por estes documentos.

A convenção de Santa Fé propôs os padrões para que documentos eletrônicos, softwares e bases dados, estivessem de acordo com o *Open Archives Initiative* (OAI), uma iniciativa voltada para os arquivos eletrônicos de Acesso Aberto, denominada *e-prints*. Os objetivos da Iniciativa eram disponibilizar o maior número de documentos eletrônicos e propagar o uso de softwares de Acesso Aberto para estabelecer interoperabilidade entre os sistemas e, assim, permitir a disseminação da informação de forma mais abrangente.

A Declaração de Budapeste (BOAI) de 2002 vem para fortalecer, em nível mundial, o Movimento do Acesso Aberto aos resultados de pesquisas científicas e disponibilizar, de forma livre, o acesso aos documentos científicos por meio da internet. Juntando ideias e projetos de instituições que possuíam o mesmo propósito, definiu pela primeira vez o termo *Open Access* (Acesso Aberto) e estratégias para alcançar os objetivos do Acesso Aberto, como o auto arquivamento e o Acesso Aberto a periódicos científicos.

Da mesma forma que a Convenção de Santa Fé, mas sem fazer referência direta a ela, a BOAI apresenta estratégias para depositar as pesquisas em repositórios que sigam os princípios do Movimento de Acesso Aberto, com objetivo de disponibilizar os resultados de forma ampla e irrestrita.

A Declaração de Bethesda surge em 2003 por iniciativa dos cientistas de biomedicina em suas discussões em torno do acesso aberto a informação. Esta declaração reforça a definição das publicações de Acesso Aberto, seguindo a linha da Declaração de Budapeste, no entanto, apresentam orientações e recomendações dirigidas às instituições, organizações, pesquisadores, bibliotecários, editores e toda comunidade envolvida com pesquisa científica. O principal objetivo da Declaração de Bethesda foi o de conseguir apoio para a expansão do Movimento de Acesso Aberto.

Ainda em 2003, a Declaração de Berlim vem para reforçar as estratégias estabelecidas pelas declarações de Budapeste e Bethesda, citando as iniciativas abordadas em ambas no seu texto e concordando com suas estratégias e recomendações para fortalecer o Movimento de Acesso Aberto. Seu diferencial está na ênfase que dá ao uso da internet como principal ferramenta para atingir os objetivos do Movimento e no encorajamento aos pesquisadores e instituições a publicar e disponibilizar as pesquisas científicas seguindo os princípios da OAI.

Com a preocupação em estabelecer estratégias para a enorme quantidade de dados digitais que vem sendo produzido, nasce em 2014 a Declaração de Haia. Esta declaração trata de temas como *Big Data* e mineração de dados e apresenta suas vantagens. Além de encorajar pesquisadores e instituições a publicar suas pesquisas seguindo os princípios do Movimento de Acesso Aberto, concordando com as estratégias das declarações de Budapeste, Bethesda e Berlim.

A Declaração de Haia foi redigida quase 12 anos depois da Declaração de Berlim, trazendo novos conceitos sobre o uso de licenças livres como *Creative Commons*, uso do ORCID - um código numérico utilizado para identificar individualmente os autores - e a linguagem de marcação XML que permite maior interoperabilidade, uma vez que estabelece um conjunto de regras para padronizar documentos que serão lidos por máquinas e pessoas. Esta declaração apresenta, ainda, uma reflexão sobre os direitos autorais em relação aos dados e informações produzidas nas pesquisas científicas, considerando que os dados não podem apresentar barreiras para seu uso por outros cientistas. As declarações anteriores não apresentavam questionamentos sobre este tema.

4.2 COMO A LITERATURA PUBLICADA NO BRASIL TÊM TRATADO A TEMÁTICA

A segunda forma de análise destaca como a literatura indexada na BRAPCI tem tratado o domínio dos diferentes Manifestos do Movimento de Acesso Aberto.

O artigo de Carvalho e colaboradores (2012) apresenta um relato de experiência que descreve a trajetória da criação, desenvolvimento e implantação do Repositório Institucional da Fiocruz (chamado ARCA), com o objetivo de garantir a preservação da memória da produção científica e técnica do Instituto de Comunicação e Informação Científica e

Tecnológica em Saúde (Icict) e sua ampliação na perspectiva de promover o acesso aberto e irrestrito da produção intelectual da Fiocruz. O documento destaca que o Icict tomou iniciativas para ampliar o acesso à informação e saúde, motivado pelo movimento internacional em favor do acesso aberto à informação científica e, ainda, que a Fiocruz, foi a primeira instituição brasileira de saúde a assinar o Manifesto Brasileiro de Incorporação ao Movimento Internacional em favor do Acesso Livre à Informação Científica, em 2008. Além de corroborar com o Movimento de Acesso Aberto no âmbito editorial, também atua na qualificação de profissionais e pesquisadores, sobretudo via Programa de Pós-Graduação. O artigo descreve a primeira fase do projeto de execução do ARCA, no qual foi definido o uso do *software* Dspace por utilizar o padrão de metadado *Open Archive Initiative* (OAI). Na segunda fase, relata que o repositório incorporou outros acervos. Na terceira e última fase descrita pelos autores, destaca-se o sucesso da iniciativa que segue os parâmetros do Acesso Aberto, utilizando para descrição dos objetos digitais o padrão Dublin Core e o vocabulário controlado DeCS. Os próximos passos seriam ampliar ainda mais os objetos armazenados no repositório e trabalhar a questão dos direitos autorais. O texto não traz especificação ou referência a Declaração de Berlim.

Os autores Valero, Cabo e Castiel (2007) analisam a situação, aquela época, das iniciativas Open Access (OA) com relação aos direitos autorais e dos portais dessas iniciativas. Citam a importância do formato .pdf para a possibilidade da segurança das informações e publicações Open Access, destacando os *e-prints* descritos no *Budapest Open Access Initiative* (BOAI). Afirmam que os três principais manifestos sobre *Open Access* estavam contidos nas declarações de Budapeste, Bethesda e Berlim, além de citarem quais as duas condições para o estabelecimento do *Open Access* segundo a declaração de Berlim: a) que autor/depositário garanta o acesso irrestrito aos documentos; b) que o documento tenha ao menos uma cópia depositada num repositório *online* que seja institucionalizado, que utilize dos padrões de Acesso Aberto e promova tal iniciativa.

Destacam que no *Open Access*, o acesso não é pago pelos leitores, o que aumenta a acessibilidade aos documentos, apresentam também a diferença entre difusão direta e indireta, destacando o papel da internet para a visibilidade dos documentos. Para o acesso desse material, citam a ação do auto arquivamento e as revista com Acesso Aberto.

Diferenciam Impacto de Visibilidade, afirmando que o fator de impacto é uma mensuração restrita e que o OAI abre novas possibilidades de mensuração, muitas delas estudadas pelo *Open Citation Project*. Ainda, destacam o compromisso ratificado na declaração de Bethesda para que instituições respaldem o uso de revistas OAI, e o compromisso no desenvolvimento de métodos de avaliação que reconheça as publicações de cientistas nesses canais abertos. Um dos problemas enfrentados pela OAI é o *copyright*, pois ele impede o depósito de documentos em repositórios abertos, contudo atualmente grande parte das revistas permite o arquivamento de uma versão *pré-print* do artigo em repositórios livres. O artigo destaca que o OAI empenha-se em uma fundamental luta contra a desigualdade no acesso à literatura científica e, para seu sucesso, é importante o apoio das comunidades científicas e de suas instituições. Os autores destacam as três declarações, Budapest, Bethesda e Berlim. Contudo, não especifica de modo algum o conteúdo da Declaração de Budapest.

Em 2014, Autran e Borges publicam uma revisão de literatura sobre a questão do Acesso Aberto, focando a via verde como ponto de superação da crise na comunicação científica. O artigo inicia pelo impacto que a internet causa na comunicação científica. Destaca a crise dos periódicos imposta pelos preços abusivos cobrado no mercado editorial. Assim, a adoção do Acesso Aberto é uma importante alternativa, mas que depende da disponibilização da produção da comunidade em canais abertos e pela ação do *self-archiving*. O texto destaca o repositório arXiv, contando brevemente sua história, sua aceitabilidade pela comunidade e sua gestão e custeio feito colaborativamente. As declarações 3B (*Budapest Open Access Initiative, Bethesda Statement on Open Access Publishing e Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities*), alicerçaram os pilares de um novo paradigma na comunicação científica. Os autores destacam a iniciativa lusófona ALEMPLUS (Acesso Livre em Países Lusófonos) e o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica.

Além disso, ressaltam que o manifesto de Budapest recomenda a criação de mecanismos alternativos e de baixo custo de publicação científica, o que originou a via verde e a via dourada. A Convenção de Santa Fé (1999) formalizou o protocolo OAI/PMH para possibilitar a interoperabilidade entre arquivos de *e-prints* e provedores de dados, tornando-se uma importante realização que impulsionou, e ainda impulsiona, o auto arquivamento.

Os autores citam o OpenDOAR como fonte de pesquisa e destacam a importância da via verde, sobretudo para países periféricos. Apresentam algumas definições de repositório, distinguindo basicamente dois tipos, o repositório temático e o institucional. Dentro disso, destacam o RepositoriUM da universidade do Minho, o arXiv e o PubMed como referências mundiais e dentro do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação destacam a importância do e-LIS. Os manifestos de Budapest, Bethesda e Berlim, além da Convenção de Santa Fé, são citados no texto e listados nas referências.

O estudo de Costa e Leite (2016) aponta a influência da América Latina para consolidação do Movimento de Acesso Aberto.

O artigo afirma que os signatários do documento nascido como *Budapest Open Access Initiative* (BOAI) são exclusivamente pesquisadores e instituições europeias e norte-americanas, porém revela influências de iniciativas da América Latina na concepção de iniciativas de Acesso Aberto, entre elas a criação da Scientific Electronic Library Online (SciELO), citada por um dos documentos de referência da BOAI. Além disto, o estudo identificou estratégias da região que são diretamente resultantes de articulações internacionais em prol do acesso aberto, tais como políticas nacionais de informação e programas de criação de repositórios de acesso aberto.

O estudo sinaliza as diferenças das iniciativas de acesso aberto de países da América Latina e a atuação brasileira é apontada como vanguarda na promoção de periódicos científicos e repositórios de Acesso Aberto. O artigo cita como marco histórico a Declaração de Budapeste sem mencionar nenhum dos outros manifestos.

Noronha (2012) em seu texto explora a literatura e a realidade empírica em busca de fundamentos para formulação e viabilidade de uma política pública de acesso aberto à informação científica na saúde, no âmbito da Fiocruz.

O artigo traz que o contexto brasileiro de redemocratização, no início dos anos 1990 foi propício às discussões sobre políticas públicas e a informação como dever do Estado e direito de cidadania. Quanto às estratégias para ampliação do movimento de acesso livre, destaca a importância de tornar o auto arquivamento uma ação compulsória para pesquisas desenvolvidas com dinheiro público, utilizando a via verde e destaca que o processo de comunicação científica se baseia em alguns pilares, dos quais os principais são: legitimidade,

revisão por pares e acessibilidade, e que tais pilares devem ser compreendidos numa política pública de Acesso Aberto.

Fazendo uma retrospectiva histórica retoma a crise econômica a partir de 1970 que, somado com a elevação dos preços dos periódicos, fez com que movimentos por uma alternativa se formasse no decorrer dos anos de 1990, destacando a criação em 1991 do repositório de *eprints* arXiv.org, criado por Paul Ginsparg que impulsionou iniciativas semelhantes, que acabaram por estimular a Convenção de Santa Fé, na qual foi criada a OAI (*Open Archives Initiative*), com o objetivo de desenvolver estratégias alternativas para a comunicação científica pela definição de determinados aspectos técnicos e administrativos que possibilitassem a interoperabilidade entre os repositórios de *eprints* de perfil acadêmico. O artigo lista nas suas referências a Declaração de Santa Fé e, sem referenciar, cita o encontro e as declarações de Budapest e de Berlim.

O texto de Rodrigues (2014) apresenta a história do RepositoriUM como iniciativa inovadora na Europa para então avaliar e discutir o momento vivido do Acesso Aberto. Neste sentido, apresenta a Declaração de Budapest como o primeiro documento a estabelecer e definir o *Open Access* e a apontar as duas formas de implementá-lo: via verde e via dourada. Relata a criação do RepositoriUM, com início abaixo das expectativas, mas que as estratégias institucionais de auto arquivamento mais incisivas, ampliaram e garantiram o sucesso da iniciativa.

Retrata o ano de 2012 como um importante marco relacionado a novas políticas de OA na Europa: o relatório *Finch dos Research Councils UK (RCUK)* (Reino Unido), que criticou a via verde e sublinhou iniciativas da via dourada; e a Comissão Europeia, que divulgou importantes documentos defendendo iniciativas abertas, para a pesquisa e inovação na Europa, voltadas ao Programa Horizonte 2020 (H2020), destacando a validade da via verde e dourada. Assim, destaca a iniciativa da Universidade do Minho, suas propostas de melhorias tecnológicas e sua convergência com o que vem acontecendo na Europa. O artigo se refere diretamente ao encontro e a Declaração de Budapeste e a Declaração de Berlim.

O artigo de Café e Lage (2002) explora o conceito de auto arquivamento, iniciando com a comparação entre a publicação científica em papel e digital, se valendo da crise dos

periódicos para destacar as vantagens da publicação de textos digitais. Refere-se também à dificuldade do processo de revisão por pares e a questão do copyright.

Afirma que a comunidade científica perdeu o controle sobre a comunicação científica em detrimento dos interesses comerciais das editoras, ressaltando que a comunidade está em busca da retomada da autonomia por mecanismos que possibilitem acesso aberto e gratuito, destacando a experiência do *Budapest Open Access Initiative* (BOAI).

Apresenta de forma histórica a criação e amadurecimentos dos repositórios de *eprints* e de sua responsabilidade do amadurecimento do Movimento de Acesso Aberto tal qual conhecemos atualmente.

As autoras destacam o BOAI na disponibilização de conteúdos científicos livres e gratuitos, principalmente pelo auto arquivamento em repositórios que seguem o protocolo OAI e pelo financiamento de revistas que não cobram pelo acesso de seus artigos. O artigo lista em suas referências as Declarações de Budapeste e de Santa Fé, além dos seus respectivos encontros.

O artigo de Bosc e Dillaerts (2012) apresenta o inventário do Acesso Aberto na França em 2012, dez anos depois do *Budapest Open Access Initiative*, analisando as vias verde e dourada. O artigo apresenta o caso do arquivo central multidisciplinar HAL, estabelecido em 2002 para receber publicações científicas em nível nacional francês, é reconhecido pela sua qualidade técnica, mas oferece apenas 10% a 15% da produção científica francesa anualmente. Este valor é um reflexo do que todos os outros arquivos oferecem no mundo, onde não há obrigação de depósito (sem mandato). Arquivos que possuem mandato, como a Universidade de Liège, chegam a atingir uma taxa de 80%.

Explora o desencorajamento feito por alguns órgãos de avaliação de pesquisa para a publicação em periódicos de acesso aberto e ressaltam ainda que há forte disparidade de reconhecimento e legitimação do Movimento de Acesso Aberto entre diferentes disciplinas, além das diferenças acentuadas pelas políticas nacionais adotadas por cada país.

Após análise dos oito artigos recuperados na BRAPCI que representam a literatura sobre os manifestos referentes ao Movimento de Acesso Aberto no Campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação brasileira, temos como primeiro resultado a percepção da baixa quantidade de artigos sobre o tema, que revela que o interesse dos

pesquisadores do campo não recai sobre os manifestos. Percebe-se também que a maior parte dos textos cita a Convenção de Santa Fé e a Declaração de Budapeste e pouco se fala sobre os outros manifestos. Ainda foi possível notar que os textos recuperados, ou maior parte deles, tratam de assuntos relacionados com a área emergente de "informação e comunicação em saúde", e não em um subcampo de pesquisa específico da Biblioteconomia e Ciência da Informação, como a organização do conhecimento, a mediação da informação ou a recuperação da Informação. Vários artigos se referem aos manifestos, mas não listam nas referências utilizadas, revelando que a apropriação do conteúdo dos manifestos, pela literatura do campo, tem se dado de uma forma mais "referencial", "justificativa" e "indicativa".

4.3 OS MANIFESTOS E SUA INTERSECÇÃO COM A LITERATURA

A produção científica recuperada demonstra que, dada às limitações e definições da pesquisa, a literatura deste domínio analisado não acompanha necessariamente a cronologia dos manifestos. Ou seja, o lançamento de um novo manifesto não gera, necessariamente, textos e estudos sobre as proposições desses manifestos. A relevância desta conclusão deve ser melhor analisada, sobretudo tendo em vista que a temática de comunicação científica possui legitimidade no campo a ponto de existir o 'GT 07 - Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação' grupo de trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). Outro destaque é que os textos não apresentam uma análise ou comentários que contemple os manifestos em sua totalidade, apenas citam como marcos importantes no Movimento de Acesso Aberto para embasar outras discussões e experiências.

Com base na obra de Catani, Catani e Pereira (2001), que aponta três tipos de apropriação (como produção de sentido) - Apropriação incidental; Apropriação conceitual tópica; e Apropriação do modo de trabalho - podemos considerar que os artigos analisados têm características, sobretudo de Apropriação Incidental dado que os manifestos são

referidos apenas de passagem, junto com outros documentos e apresentam relação muito frágil com o argumento desenvolvido.

Sob outra perspectiva, há inovações (ou propostas de ação) a cada novo manifesto que encorpa a OAI. Assim, podemos destacar essas inovações, trazendo uma síntese do que cada manifesto propõe.

Principais ênfases de um manifesto sobre os anteriores

Convenção de Santa Fé (1999)

- Marcou o lançamento do *Open Archives Initiative* (OAI)
- Arquivos *e-prints*
- Proposta de um novo formato para avaliação dos artigos científicos, através do auto arquivamento

Declaração de Budapeste (2002)

- Usa o termo *Open Access* pela primeira vez para definir o acesso livre a informação
- Apresenta o conceito de *Acesso Aberto*
- Traz duas estratégias para alcançar o *Acesso Aberto*. O auto arquivamento e as revistas de *Acesso Aberto*
- Oferece apoio para as instituições que tem interesse em aderir ao movimento

Declaração de Bethesda (2003)

- Apresenta recomendações para os envolvidos com a informação científica: Instituições e agências de financiamento; bibliotecários e editores; sociedade científica

Declaração de Berlim (2003)

- Promover a Internet como o instrumento funcional ao serviço de uma base de conhecimento científico global e do pensamento humano
- Busca estabelecer o paradigma do *Acesso Aberto* eletrônico

Declaração de Haia (2014)

- Fala sobre a mineração de dados e *Big Data*
- Estabelecer as estratégias práticas para a informação alcançar características de *Acesso Aberto*
Recomenda o uso de ORCID, XML, *Creative Commons*

A relevância percebida por meio da síntese apresentada acima, se dá em função de novas pautas e estratégias firmadas pelos manifestos, por exemplo, em Budapeste, definiram-se as vias de comunicação e os meios para interoperabilidade, já pela declaração de Haia, a questão dos dados passa a compor o escopo de interesse do Movimento de Acesso Aberto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do domínio “Movimento de Acesso Aberto”, chegou-se a uma explanação relevante sobre as principais iniciativas que impulsionaram a filosofia de Acesso Aberto. Como a apresentação de declaração de Santa Fé, que em 1999 já trazia uma preocupação dos cientistas em acessar de forma rápida suas pesquisas e apresentou a iniciativa dos Arquivos Abertos. A Declaração de Budapeste, mais conhecida como BOAI, que definiu a via verde e a via dourada da comunicação científica. Declaração de Bethesda que apresenta os princípios para um documento ser Acesso Aberto e a Declaração de Berlim, que vem para fortalecer as duas declarações anteriores. Depois de 11 anos, temos a Declaração de Haia, com a mesma filosofia e preocupada com a garantia do acesso a informação.

Dessa forma, chegamos ao seguinte ponto. Se nosso domínio é "a literatura da área sobre os manifestos", podemos dizer que há poucas pesquisas. Podemos dizer também que, embora os manifestos sejam importantes para a OAI, eles têm angariado pouca atenção dos pesquisadores da área (considerando as limitações da pesquisa). Que os manifestos, individualmente ou em conjunto, podem/devem ser mais bem explorado pelos pesquisadores nacionais.

Esta pesquisa contribui com a temática, demonstrando a importância e a necessidade de produzir mais estudos sobre os movimentos, especificamente sobre os documentos reguladores, uma vez que essas iniciativas podem proporcionar maior visibilidade sobre o assunto, e conscientizar instituições públicas e privadas sobre a necessidade de disponibilizar a informação de acordo com a ideologia de Acesso Aberto.

Tratar dos manifestos é também um meio para focar a dimensão política que atua sob as dimensões técnicas. A continuidade da pesquisa subsidiará reflexões entorno disso, ao revelar como evoluem as discussões nos manifestos.

Para a construção de uma ciência mais democrática e que atenda às necessidades da sociedade é fundamental fortalecer o Movimento do Acesso Aberto e adotar uma filosofia aberta, diante da avalanche de informação científica. Com a criação dos manifestos, convenções e declarações, é possível consolidar as políticas institucionais que pretendem ter um acervo de acesso aberto disponível para toda sociedade.

REFERÊNCIAS

- CARIBÉ, R. C. V. **Comunicação científica para o público leigo no Brasil**. 2011. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/vnN3mt>. Acesso em 14 maio 2018.
- CARIBÉ, R. C. V. Comunicação científica: reflexões sobre o conceito. **Informação & Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 89-104, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/ArDzrE>. Acesso em 14 maio 2018.
- CATANI, A. M.; CATANI, D. B.; PEREIRA, Gilson R. M. As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro, através de periódicos da área. **Revista Brasileira de Educação**, n. 17, p. 63-85, 2001. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782001000200006>
- GUIMARÃES, J.A.C. Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. **Ciência da Informação**, v. 43, n. 1, 2015.
- HJORLAND, B. Domain analysis in information science: eleven approaches—traditional as well as innovative. **Journal of documentation**, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.
- HJORLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: Domain-analysis. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995.
- HJORLAND, B.; HARTEL, J. Afterword: Ontological, epistemological and sociological dimensions of domains. **Knowledge organization**, v. 30, n. 3/4, p. 239-245, 2003.
- MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.
- RODRIGUES, R. S.; OLIVEIRA, A. B. Periódicos científicos na América Latina: títulos em acesso aberto indexados no ISI e SCOPUS. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, n. 4, p. 76-99, 2012.
- SMIRAGLIA, R. P. Domain Analysis (capítulo 10). In: _____. **The elements of knowledge organization**. Springer, 2014. p.85-100.
- TENNIS, J. T. Two axes of domains for domain analysis. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 3/4, p. 191-195, 2003.

ARTIGOS ANALISADOS

AUTRAN, M. M. M.; BORGES, M. M. Comunicação da ciência: (r)evolução ou crise? **RECIIS**, R. Eletr. De Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 122-138, jun. 2014.

BOSC, H.; DILLAERTS, H. Le libre accès en France en 2012: Entre immobilisme et innovation. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 323-347, setembro, 2012.

CAFÉ, L.; LAGE, M. B. Auto-arquivamento: uma opção inovadora para a produção científica. **Data Grama Zero**, v. 3, n. 3, p. 1-7, jun. 2002.

CARVALHO, M. C. R.; SILVA, C. H.; GUIMARÃES, M. C. S. Repositório institucional da saúde: a experiência da Fundação Oswaldo Cruz. *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v.22, n.1, p. 97-103, jan./abr. 2012,

COSTA, M. P.; LEITE, F. C. L. Open access in the world an Latin America: a review since the Budapest Open Acces Initiative. **Transinformação**, Campinas, SP, v. 28, n. 1, p. 33-45, jan./abr., 2016.

NORONHA, I. H. As políticas públicas de informação e o acesso livre à informação científica em saúde sobre as doenças negligenciadas: um estudo exploratório. **RECIIS**, R. Eletr. De Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 1-16, 2012.

RODRIGUES, E. O acesso aberto (na UMinho e no mundo): onde estamos e por onde vamos? **RECIIS**, R. Eletr. De Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 180-194, jun. 2014.

VALERO, J. S.; CABO, J.V.; CASTIEL. L. D. A iniciativa Open Access no acesso à informação técnico-científica nas Ciências da Saúde. **RECIIS**, R. Eletr. De Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p.19-26, jan./jun., 2017.

Recebido em: 28 de maio de 2018 Aceito em: 24 de novembro de 2018
--